

História, memória e atualidade: ecos sobre o corpo da mulher no esporte¹

History, memory and current: echos on the woman's body in sport

Gabriella Mildenberger Maia*

*Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
e-mail: maia_gabi@hotmail.com

Célia Bassuma Fernandes**

**Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
e-mail: bacelfer@hotmail.com

Resumo: Este estudo foi realizado a partir da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras. O objetivo foi delimitar o modo como a teoria materialista do discurso, fundada por Michel Pêcheux, apreende o conceito de memória. O conceito sobre memória é muito amplo e há diferentes linhas teóricas para abordar o tema, fazendo com que, muitas vezes, ele confunda-se com o conceito de história, pois tanto a história como a memória possuem a mesma matéria prima: o passado. Para a Análise de Discurso pecheutiana, a memória, concebida como aquilo que fala sempre antes em algum lugar, é um conceito central no trabalho do analista, uma vez que trata de dizeres que emergem a partir de condições de produção específicas, nas quais o sentido pode manter-se, atualizar-se ou ser esquecido. Para efeito de exemplificação, realizou-se um gesto analítico a partir de uma notícia do Site Exame que discursiviza sobre o uniforme da seleção norueguesa de handebol durante o campeonato europeu de 2021, a fim de verificar quais memórias ressoam sobre a mulher e seu corpo no discurso jornalístico.

Palavras-chave: Memória. Discurso. Mulher.

Abstract: This study was carried out from the master's dissertation that is being developed in the Postgraduate Program in Letters. The objective was to delimit the way in which the materialist theory of discourse, founded by Michel Pêcheux, apprehends the concept of memory. The concept of memory is very broad and there are different theoretical lines to approach the subject, making it often confused with the concept of history, since both history and memory have the same raw material: the past. For Pecheut's Discourse Analysis, memory, conceived as what always speaks before somewhere, is a central concept in the analyst's work, since it deals with sayings that emerge from specific production conditions, in which the meaning it can be maintained, updated or forgotten. For the purpose of exemplification, an analytical gesture was carried out from a news

¹ Trabalho resultante do recorte da dissertação que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras.

item from Site Exame that talks about the uniform of the Norwegian handball team during the 2021 European championship, in order to verify which memories resonate about the woman and her body in the journalistic speech.

Key words: Memory. Speech. Women.

INTRODUÇÃO

O conceito sobre memória é muito amplo e há diferentes linhas teóricas para abordar o tema, fazendo com que, muitas vezes, ele confunda-se com o conceito de história, pois tanto a história como a memória possuem a mesma matéria prima: o passado. Daí emerge o equívoco de pensar que ambas têm o mesmo funcionamento.

Além disso, como veremos a seguir, o conceito de memória tem a ver também com a lembrança e o esquecimento, não apenas por questões humanamente naturais, mas determinado pela vontade de lembrar-se ou esquecer, uma vez que lembrar é rememorar, retomar algo que não é mais presente, seja com o objetivo de celebrar, para ser referência ou para evitar que se repita (Araújo; Santos, 2007, p. 103).

Partindo de uma definição mais genérica, a memória guarda nossas vivências e experiências, nos fala sobre quem somos e nos ajuda a compreender o mundo a nossa volta; tem papel fundamental em nosso pertencimento a determinados grupos sociais e, assim como a história, é ela quem relaciona o homem ao passado.

Pode-se dizer ainda que a história é a análise crítica do passado, ou um estudo do presente a partir do passado; logo, a função da história não é glorificar o passado, mas auxiliar a analisar e compreender o presente. Ou seja, a memória corresponde ao conhecimento do passado guiado pelo presente, o qual depende das lembranças individuais de cada sujeito e dos jogos de poder, de interesses, que não necessariamente passam por uma pesquisa ou por uma análise crítica (Vieira, 2015, p. 5).

Dizendo de outro modo, enquanto a história é uma reconstrução do passado feita de forma crítica, com respaldo teórico e metodológico, a memória é um compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado, uma memória compartilhada, um olhar para o passado ancorado nos interesses do presente sem muito senso crítico, sem um método

específico. A memória é, portanto, uma fonte usada pela história, mas não corresponde à história em si

E como estabelecer a diferença entre memória e lembrança?

A segunda corresponde a algo que, mesmo compartilhada com os outros, será sempre individual e sobre o que particularmente se viveu. Mesmo que outras pessoas façam parte dessa lembrança, a maneira como cada indivíduo lembra não é igual, é subjetiva. Já a memória pode ser sobre algo que não foi vivido, mas no qual o sujeito se identifica, porque é coletiva e compartilhada por determinados grupos (Vieira, 2015, p. 5-6).

Pelo viés histórico, Nora (1993, p.10) deixa bem explícita a diferença entre a memória individual e a história. Enquanto aquela constitui-se como processo vivo, dialético e carregado de elementos simbólicos, essa refere-se a algo fixo, uma operação intelectual por meio da qual desperta a memória. Como exemplo, podemos tomar um livro de História que contém o registro fixo do passado, mas, individualmente, cada pessoa pode fazer diferentes interpretações desse passado registrado.

Entre Pierre Nora (1993), Maurice Halbwachs (2004) e Michael Pollak (1992) destaca-se, como ponto em comum, as discussões ao comparar e distinguir a memória individual e memória coletiva opondo-se ao conceito de memória histórica, isto é, aquela que serve de registro e guia.

Para Nora (1993), a história, ao ser reconstituída, é sempre incompleta e problemática, pois é o ponto de vista de outra pessoa acerca do fato ocorrido, uma reconstrução; logo, ela não é unívoca. Segundo ele, a história é incompleta justamente pelo fato de não existir mais e ser reconstituída a partir da visão de outros.

O autor defende que a memória está em constante processo de transformação, o que denominou de passado-presente, ou seja, é um passado representado que sempre vem à tona tornando-se sempre algo no presente. O eterno presente seria, portanto, a representação histórica de um passado fixo registrado, enquanto a memória, diferentemente, tem a capacidade de se expandir, dilatar, coloca-se em constante evolução (Vieira, 2015, p. 5-6).

Além disso, Nora defende também a ideia de que, como a memória tem a capacidade de se expandir a determinadas lembranças, ela também tem o poder de se abrir para o esquecimento, uma vez que lembramos somente aquilo que queremos, e o mesmo ocorre proporcionalmente com o esquecimento; logo, a memória é maleável, está vulnerável a manipulações, visto que é uma reconstrução e quem a reconstrói pode manipulá-la. De tal modo, a memória constitui-se como um constante processo de sucessivas representações que podem ser desfiguradas, tornando a história questionável (vieira, 2015, p.7).

Enquanto Nora (1993) considera a memória individual como um trabalho, um lugar que congela a história - lugar de memória - por meio do qual é possível recordar algo que a sociedade não pode/deve esquecer, uma ponte entre passado-presente, para Halbwachs (2004), ela é um fenômeno social.

Antes, acreditava-se que o indivíduo era o único responsável pelo resgate de seu próprio passado, regido apenas por leis biológicas, entretanto, para Halbwachs (2004), a memória individual só existe a partir de uma memória coletiva, visto que nunca estamos sós, todas nossas lembranças são constituídas no interior de um grupo, de um lugar.

Isso significa que todo lugar de memória remete a um coletivo, isto é, as memórias não se produzem individualmente, pois o homem é constituído na alteridade, portanto, as memórias devem ser analisadas considerando-se o lugar e as relações com o meio.

Ainda de acordo com Halbwachs, as lembranças são reconstruções do passado com a ajuda de dados do presente e a partir de outras reconstruções; logo, a memória não é isolada, nem totalmente original e perfeita como realmente aconteceu, mas a intenção é chegar o mais próximo possível de como foi, ou poderia ser (Vieira, 2015, p. 7).

Em Michel Pollak (1992) tem-se releituras das ideias de Nora e Halbwachs no que se refere aos elementos constitutivos da memória, tanto da coletiva quanto da individual: os acontecimentos, as pessoas e os lugares de memória. Ele defende ainda a ideia de que a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas constitui um fenômeno social que é organizado a partir do presente (Vieira, 2015, p. 7).

A única contribuição acrescentada por Pollak (1989) está no conceito de memória herdada, a qual parte do princípio de que uma pessoa não precisa obrigatoriamente vivenciá-la para possuí-la, pois, os meios de comunicação se encarregam de nos transferir as memórias que não vivenciamos. Dessa forma, a memória pode se tornar um instrumento de dominação, uma vez que alguns fatos são esquecidos e outros escolhidos para serem registrados de acordo com a pertinência de cada momento (Vieira, 2015, p. 7-8).

Procurando resolver um antigo problema filosófico, Henri Bergson (1999), apoiando-se nos estudos de Freud sobre o inconsciente, formula seus pensamentos destacando a relação do homem com o caráter transitório e efêmero do tempo dando ênfase ao conceito de duração.

Para esse autor, o tempo é uma instância variável e o fenômeno da temporalidade começa então a ser estudado na filosofia de maneira mais existencial, diferente do tempo com marcação cronológica, isto é, a duração temporal de uma lembrança em nossa mente não possui a exata duração do acontecimento na ordem real dos fatos (Pereira, 2014, p. 8).

A teoria bergsoniana compreende a memória por meio da tríade: lembrança-pura, lembrança-imagem e percepção. A lembrança-pura é inatingível, inconsciente e vem à tona por meio de imagens que se correlacionam e produzem significados simbólicos; assim, a lembrança-imagem associa-se à percepção em um contínuo processo de recriação e interpretação de lembranças. Há a ruptura com a ideia de memória como armazenamento e ela passa a ser vista como construção seletiva, pois uma mesma situação pode despertar diferentes lembranças e nosso corpo escolhe quais memórias resgatar. Por isso, ele a considera como uma experiência individual (Pereira, 2014, p. 9).

É a partir da memória que conseguimos compreender o presente, pois as coisas fossem todas instantâneas não haveria sentido, por isso, é a memória que nos faz sujeitos, que constrói nossa consciência. Portanto, para Bergson (1999), são o tempo e a memória que constituem a realidade; a consciência de que tudo é passageiro, inclusive nós mesmos, é que, segundo ele, dignifica o ser humano (Pereira, 2014, p. 10).

Em 1983, a partir da publicação das discussões apresentadas sobre Linguagem e Sociedade, na Escola Normal Superior de Paris, Colóquio que reuniu especialistas de diversas áreas tendo como ponto em comum a relação entre a língua e a história, a memória passa a ser analisada em sua materialidade complexa, “ênfase para a relação do texto com a imagem, passagem do visível ao nomeado” (Pêcheux, 2010, p. 8).

Na obra *Papel da Memória (2010)*, Pêcheux retoma as exposições feitas por Pierre Achard, Jean Davallon e Jean-Louis Durand para então introduzir os estudos sobre memória no campo das disciplinas de interpretação.

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (Pêcheux, 2010, p. 10).

Desse modo, para a Análise de Discurso pecheutiana, doravante AD, teoria na qual esse estudo está respaldado, a memória é aquilo que fala sempre antes em algum lugar. Ela não tem relação com as lembranças pessoais ou individuais, não se trata de uma memória cognitiva que armazena coisas, mas é concebida na esfera social, no encontro de uma memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída pelo historiador (Pêcheux, 2010, p.50).

Todavia, não interessa rastrear os dados históricos, mas compreender como os sentidos são produzidos. Tomada pela AD como interdiscurso, a memória discursiva compreende todos os já-ditos e esquecidos que retornam em uma situação discursiva dada sob a aparência de novo, de discurso inédito. O sujeito tem a ilusão de estar na origem do dizer, mas tudo o que se enuncia, já foi dito antes em diferentes situações. O sujeito apenas reformula e atualiza o discurso no momento de sua formulação (Orlandi, 1999, p. 32).

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer “implícitos” (quer

dizer mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 2010, p. 52).

Considerando que o interdiscurso, pela teoria pecheutiana, é o lugar onde se encontram todos os já-ditos, Indursky (2011, p. 86) observa que este seria, portanto, um espaço sem novidades. A partir dessa constatação, a autora tece uma distinção entre interdiscurso e memória discursiva, até então tratados como sinônimos.

Para a autora, enquanto o interdiscurso é um lugar sem lacunas, saturado de significação, a memória seria regionalizada onde os sentidos se apresentam organizados de forma intervalar (Indursky, 2011, p. 86). Desse modo, a memória discursiva é atravessada por diferentes formações discursivas que, pelo trabalho da ideologia, fica suscetível a falhas, rupturas e deslizamentos dos sentidos. Há sempre um entremeio onde outros sentidos podem emergir.

[...] a memória discursiva que se depreende de uma FD não é plena, não é saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma FD. Essa é a diferença que se estabelece entre o *memorável*, que é da ordem do “todos sabem, todos lembram”, e a memória discursiva que é de ordem ideológica. É o ideológico que responde pela natureza lacunar de uma FD e da memória discursiva por ela representada (Indursky, 2011, p. 87).

Por conta dos processos de informatização, a memória passou a ser armazenável e visível, a escrita se apresenta sem historicidade e a autoria passou de um sujeito histórico para um sujeito técnico. Agora, os saberes circulam em rede, por isso, um texto produzido no computador e outro produzido à mão são distintamente diferentes em sua ordem (Orlandi, 2007, p. 15).

A partir da noção de memória metálica formulada por Eni Orlandi (2007, p. 15), Dias, ao tomar como objeto de estudo o espaço digital, propõe uma outra noção de memória: a Memória Digital, que, embora seja diferente, não se desvia do conceito formulado por Orlandi.

A memória digital seria, pois, o lugar da contradição onde a memória escapa a estrutura totalizante da máquina (memória metálica) saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva). Daí a relação com a memória discursiva, onde o estabilizados no eixo do repetível, do dado, se desloca, rompe com o funcionamento algoritmizado, inscrevendo-se na história (Dias, 2018, 108).

Orlandi (2010b, p.8) destaca ainda que, embora a produção dos sentidos ocorra em três momentos inseparáveis (constituição, formulação e circulação), ao considerar o discurso eletrônico, precisamos dar maior atenção à circulação, pois é onde ocorre o “ângulo de entrada dos sentidos”.

Por isso, em seus estudos, Dias (2018, p. 28) não considera o digital apenas como uma produção tecnológica ou como um suporte, mas como uma materialidade que reclama sentidos, uma vez que é uma “produção político-ideológica do discurso”. Político porque os sentidos não são os mesmos para todos, e a falha também é parte do digital.

ENTRE A MEMÓRIA, A HISTÓRIA E A ATUALIDADE: COM QUE ROUPA EU VOU?

Para efeito de exemplificação sobre o funcionamento da memória discursiva, realizou-se um gesto analítico a partir de uma notícia que circulou no dia 22 de julho de 2021, no *site* Exame que discursiviza sobre o uniforme escolhido pelas atletas norueguesas de handebol durante o campeonato europeu, ocorrido neste mesmo ano, produzida pela jornalista Carolina Riveira.

Intitulada “Jogadoras da Noruega são multadas por não aceitar o uniforme biquíni”, a matéria trata da multa aplicada àquela seleção depois que as próprias atletas substituíram os tradicionais biquínis por uniformes mais confortáveis sem informar ou pedir autorização à Confederação Internacional de Handebol.

Assim, queremos investigar quais sentidos irrompem nesse texto sobre a mulher e o seu corpo, colaborando para cristalizar sentidos já estabilizados, regularizados na memória social, ou rompendo com eles. Para proceder às análises, usaremos como aporte teórico a teoria da Análise de Discurso de Linha Francesa, proposta por Pêcheux e, representada, no Brasil, por Orlandi.

A teoria materialista do discurso é considerada uma disciplina de entremeio, que se estrutura no espaço entre a Linguística e as Ciências das Formações Sociais e foi pensada, de acordo com Pêcheux (1999, p. 14), como uma “disciplina de interpretação”.

A Análise do Discurso difere das análises que se prendem basicamente nas questões históricas ou à estrutura dos textos, considerando, para tanto, outras noções postuladas por Michel Pêcheux, tais como “discurso”, “formação imaginária”, “formação discursiva”, “interdiscurso”, entre outros.

Essa disciplina da interpretação leva em conta, ainda, a relação existente entre a ideologia e a linguagem, ou seja, a inscrição da língua na história e o lugar fundamental ocupado pelo sujeito nos processos de significação. A AD toma, portanto, o discurso como objeto de estudo e a linguagem como mediadora indispensável entre o homem e o meio social e natural em que vive (Orlandi, 1999, p. 15).

Ao eleger o discurso como seu objeto, a AD procura compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, que é constitutivo do homem e da sua história. Pode-se dizer, por essa perspectiva, que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua” (Orlandi, 2012, p. 83).

Para Pêcheux (1993, p.76), a materialidade é “parte de um mecanismo em funcionamento, pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada”.

Por isso, para proceder às análises, compreendemos as reportagens como materialidades discursivas e as dividimos em sequências discursivas (SD), entendidas por Courtine (2009, p.55) como “sequências orais e escritas de dimensão superior à frase”.

No que se refere ao processo de produção do discurso, no jornalismo *online*, Orlandi (2010b, p.12) destaca que o jornal apresenta diferentes materialidades significantes² e que, pela abordagem discursiva, a relação entre essas formas materiais é mais complexa do que se imagina. Por exemplo, um discurso não-verbalizado, como uma fotografia, posto ao lado do verbal, não caracteriza uma simples ilustração, mas atesta a abertura para o simbólico.

Para as análises do não-verbal nas materialidades jornalísticas, tomaremos aqui o conceito de formulação-visual, proposto por Lagazzi (2020), que traz, para o campo da AD, reflexões a respeito do discurso visual e verbo-visual que são essenciais à própria noção de discurso.

Para essa autora, “a imagem se abre para a interpretação a partir de determinações históricas em que as formulações visuais se produzem e circulam” (Lagazzi, 2020, p. 5892). Ou seja, a imagem faz ressoar formulações que produzem sentidos a partir da memória discursiva.

Ainda de acordo com Lagazzi (2009, p. 68), “não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição. Cada uma fazendo trabalhar a incompletude³ na outra”.

Considerando que o discurso jornalístico digital é caracterizado por formulações verbais e visuais, em espaço-tempo determinados pelas condições de produção do digital (DIAS, 2018), o discurso do jornalista pode provocar tanto um efeito legitimador de sentido unívoco, uma vez que é a interpretação do jornalista sobre um acontecimento, quanto produzir o efeito de estarem revestidos pela neutralidade e transparência (Flores, 2016, p. 156). Por isso, torna-se importante recorrer aos conceitos da AD para que nossas análises tomem forma.

² Conjugando a língua com a história na produção dos sentidos, a AD trabalha com a forma encarnada da língua na história, isto é, com o confronto do político com o simbólico na constituição dos sentidos e dos sujeitos. Não se separam forma e conteúdo, e procura-se compreender a língua como acontecimento; logo, a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a do discurso é a língua (Orlandi, 1999, p. 19).

³ A condição da linguagem é a incompletude. Nem os sentidos, nem os sujeitos estão prontos e acabados. Esse lugar da falta que atesta a abertura do simbólica, do possível (Orlandi, 1999, p. 52).

Como vimos, a memória discursiva é um conceito central no trabalho do analista de discurso, uma vez que ela trata de dizeres que emergem a partir de condições de produção específicas, nas quais o sentido pode manter-se, atualizar-se ou ser esquecido de acordo com o processo discursivo. Ou seja, a memória constitui um saber indispensável para que se produzam e compreendam os sentidos.

Desse modo, para compreender os sentidos produzidos pela notícia que circulou no *site* da revista Exame sobre as atletas de handebol da seleção da Noruega, é necessário buscar, na exterioridade, a história das lutas e conquistas femininas ao longo dos tempos.

É a memória discursiva que permite remeter todo o dizer a uma rede de filiações. Ou seja, para que um dizer faça sentido é preciso que ele já tenha significado antes em outro lugar, ou seja, há sempre um pré-construído que designa uma construção anterior, exterior e independente que marca uma relação entre o interdiscurso (eixo da constituição) como lugar da construção, e o intradiscurso (eixo da formulação) como lugar da enunciação por um sujeito (Orlandi, 1999, p. 33).

Porém, para essa teoria, o sujeito não é a origem do seu dizer, pois tudo o que ele diz já foi dito em diversas circunstâncias por diferentes sujeitos, ou seja, ele reformula o discurso, linearizando-o no eixo da formulação. Assim, podemos definir a memória discursiva ou o interdiscurso como o conjunto de formulações já feitas em diferentes condições de produção, e que foram esquecidas, mas que são retomadas todas as vezes que o sentido é produzido (Orlandi, 1999, p. 34).

Isso que implica afirmar que nenhum discurso é novo, e que esses já-ditos retornam no fio do discurso sob a aparência do inédito, do nunca dito antes, embora o sujeito, afetado por dois esquecimentos, tenha a ilusão de que ele é a origem do dizer e de que as palavras só poderiam ser ditas daquela forma e não de outra (Pêcheux, 2007, p.52).

Para o fundador da AD, o sujeito é afetado por dois esquecimentos: um de ordem ideológica que faz, de modo inconsciente, o sujeito pensar ser a origem do seu dizer, e outro da ordem da enunciação provocando o efeito que o discurso só poderia ser enunciado daquele modo (Orlandi, 1999, p. 35).

Entretanto, quando nascemos, as palavras e os sentidos já estão no mundo. Nós, enquanto sujeitos, atravessados pelo trabalho da língua e da história, é que adentramos no fluxo desse processo já em curso. Além disso, sabemos também, mesmo que não tenhamos continuamente consciência disso, que o dizer pode ser sempre outro, uma vez que, por meio de famílias parafrásticas, é possível criar diferentes formulações do mesmo dizer (Orlandi, 1999, p. 35).

Definindo então a memória discursiva como “uma série de formulações marcando cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...)”, Courtine (1999, p. 18) assinala que “nesse espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos”, a memória é uma voz sem nome, que ressoa no interdiscurso, algo fala antes, em outro lugar.

Como todos os sentidos se encontram deslinearizados, de-sintagmatizados no interdiscurso, eles só voltam a fazer sentido no intradiscurso, isto é, o discurso só é produzido a partir do entrecruzamento do eixo da constituição (vertical), onde se encontram todos os dizeres já ditos e esquecidos, e o eixo da formulação (horizontal), que representa o que estamos dizendo agora, em determinado momento e de acordo com as circunstâncias estabelecidas.

Para Courtine (2009, p. 104), o re-aparecimento de uma formulação aponta para o fato de que uma produção discursiva realizada em determinadas condições de produção movimenta – “faz circular” – formulações anteriores, já enunciadas, podendo romper o ritual que norteia a enunciação de um discurso por meio da lembrança de uma fórmula, resultando no “efeito de memória na atualidade de um acontecimento, sob a forma de um retorno da contradição nas formas do diálogo”.

Na materialidade discursiva analisada, o motivo pelo qual a seleção norueguesa de handebol foi punida reverberam sentidos que estão, em sua maioria, atravessados por formulações discursivas religiosas e machistas transformando o corpo em objeto de dominação, pois os sentidos que se regularizam sobre o sujeito mulher permanecem

aprisionados a um ideal que foi construído ao longo da história para sustentar a virilidade dos homens.

A sociedade sempre cristalizou verdades sobre o corpo da mulher e sobre seu lugar que ainda hoje são culturalmente sustentadas. A esse sujeito eram atribuídas as tarefas domésticas, a procriação, a servidão sexual, uma vida de submissões numa sociedade comandada pela supremacia masculina, visto que o imaginário de sujeito frágil e submisso sempre ajudou a controlar as práticas corporais das mulheres (Del Priore, 2011, p. 52).

A formação discursiva é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito (Orlandi, 1999, p. 43). Pêcheux (1975) salienta que as palavras, expressões, proposições adquirem sentido segundo as posições sustentadas no discurso por aqueles que as empregam. Os sentidos são determinados em referência às formações ideológicas nas quais se inscrevem essas posições (Orlandi, 1999, p. 44).

Assim, é preciso retomar todos os já-lá a respeito das lutas das mulheres, visto que a história do feminismo está marcada por três momentos, ou ondas representativas. Essas ondas não aconteceram de maneira simultânea, mas são classificadas de acordo com as reivindicações dos movimentos feministas em diferentes momentos históricos, associadas ao contexto político e social e, portanto, podem diferenciar-se entre os países.

Beauvior (1980) analisa os mitos em torno da mulher e tece algumas críticas em relação às teorias de Aristóteles, Freud, Marx e Engels; especialmente contra a dualidade mitológica do ‘Mesmo e do Outro’⁴ ou ‘O Segundo Sexo’, reflexões que foram abordadas pela escritora francesa e que marcaram o início do feminismo em 1960, na Europa e na América do Norte (Martins, 2015, p. 233-234).

Aqui no Brasil, a luta das mulheres pelo direito ao voto e exercício da cidadania marcaram a chamada primeira onda, ou também designada de sufrágio; a segunda onda ocorreu no período da ditadura militar e teve como foco as questões relacionadas à

⁴ “O homem é pensável sem a mulher. Ela não sem o homem. A fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 1980. p. 10).

sexualidade e à autonomia no meio familiar. Alguns estudos mais recentes destacam que, atualmente, estamos diante da formação de uma quarta onda feminista considerada interseccional, caracterizada pela mobilização coletiva através dos meios de comunicação digitais e da diversidade de feminismos, especialmente com as lutas da classe trans. Assim, essa nova onda assume como posição central o combate às desigualdades de gênero e à violência.

Considerando que a materialidade analisada foi produzida por uma mulher, compreendemos que o sujeito jornalista, ao produzir tal discurso que circula no espaço virtual, se identifica com os dizeres que emergem de dentro de uma formação discursiva feminista da quarta onda.

Ainda, de acordo com a história e a literatura, no período da colonização do Brasil prevalecia uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária, escravocrata e totalmente descentralizada, na qual reinava uma sociedade do tipo patriarcal.

Nessa época, as mulheres não possuíam nenhuma autoridade ou direito e, desde seu nascimento, eram educadas para desenvolverem obrigações que se restringiam aos afazeres domésticos. Assim, ficavam limitadas a elas as funções da domesticação enquanto o homem era o responsável pelas tarefas que exigiam força e velocidade. Após o casamento, que era arranjado e incontestável, elas deixavam de ser submissas ao pai e passavam a ser propriedade do marido (Del Priore, 2011, p. 27).

No século XX, a crescente mobilidade na cultura ocidental associada ao surgimento dos contraceptivos e da possibilidade do aborto, a inclusão da mulher no mercado de trabalho, a possibilidade do divórcio, entre outros fatores contribuíram significativamente para uma reviravolta no papel desempenhado por esse sujeito (Del Priore, 2011, p. 252).

Em meio a esse contexto, destaca-se o importantíssimo acontecimento histórico ocorrido em Paris em 1968, o qual foi marcado por uma grande onda de protestos reivindicando reformas no setor educacional e provocando uma verdadeira rebeldia contra os discursos sociais e políticos da época trazendo o feminismo para o centro das discussões desse novo cenário (Costa, 2000, p. 284).

Tais reivindicações demonstram a insatisfação e as formas de resistência às ideologias desse contexto sócio-histórico. Tomando a desobediência como ato de resistência, compete destacar um dos motivos, citado por Gross (2018, p. 10), que suscitam, ou deveriam suscitar, tal comportamento: as injustiças sociais e as desigualdades. Para ele, o ato de desobedecer é o que desperta a animalidade do ser e o torna monstruoso, implicando numa prática de liberdade a qual advém dos movimentos de resistência.

Deve-se levar em conta, ainda, que a nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, e que o saber está relacionado com o poder. Desse modo, quem ocupa uma posição privilegiada nessa sociedade dividida em classes também determina o que pode e deve ser dito.

Isso significa que o sentido das palavras não está predeterminado e muda de acordo com a posição social ocupada pelo sujeito que o emprega. Assim, uma mesma palavra pode adquirir diversos sentidos, de acordo com a formação discursiva em que está inserida, pois os indivíduos são “interpelados” em sujeitos do seu discurso pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (Pêcheux, 2014, p. 160).

Ainda de acordo com Pêcheux (1997, p. 165-166), a interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, se dá de modo inconsciente, pois ele é levado a “ocupar seu lugar” em dada classe social, embora tenha a impressão de ser livre para dizer o que quer.

Isso pode ser comprovado ao considerar que a desconfiança da presença da mulher no esporte estava culturalmente associada ao medo de masculinizar o corpo feminino pelo esforço físico intenso, ameaçando a feminilidade da mulher “normal”, submissa, delicada. A atividade física deveria ser voltada exclusivamente para o preparo de um corpo belo, sem pretensões competitivas (Del Priore, 2011, p. 244).

A sequência discursiva e a formulação-visual a seguir retratam como isso se regulariza no intradiscurso (re)afirmando o sentido de que, enquanto os homens são significados com base no seu desempenho, as mulheres são, com frequência,

discursivizadas a partir dos seus atributos físicos. Além disso, o uso obrigatório de uniformes deixa exageradamente o corpo das atletas à mostra em relação ao dos homens ecoando o sentido do medo e preconceito da masculinização do corpo feminino por meio da prática esportiva.

Assim, percebe-se que o sujeito feminino só obteve espaço nesse meio ao concordar com as normas das Federações Esportivas, das mais diferentes modalidades, que delegam a posição de poder e em sua maioria chefiadas por homens os quais impõem, culturalmente, a exposição das curvas do corpo das atletas.

De acordo com a professora Carmem Lúcia Soares (2017, p. 60), antes do século XX, as roupas esportivas eram confortáveis e não havia nenhuma norma específica em relação a como deveriam ser os uniformes. A partir de 1920, foram criadas as primeiras padronizações para cada modalidade de esporte a qual deveria servir para proteger o corpo e garantir a eficácia dos movimentos.

Com a explosão do culto ao corpo, em meados dos anos 70, a mulher começou a ocupar espaços que antes lhe eram proibidos, mas, ao mesmo tempo, tornou-se também um objeto comerciável pelas mídias (Soares, 2017, p. 72).

Em 1978, a professora norte-americana Emily Wughalter relacionou o uniforme feminino ao que ela batizou de *female apologetic*, pois as atletas de alta performance estariam mostrando habilidades de força e agilidade, tidas como masculinas. A roupa mais justa e curta afastaria possíveis estereótipos de lesbianidade e compensariam a falta de feminilidade das esportistas.

Em estudo realizado em 2014, a pesquisadora canadense Elizabeth Hardy constatou que as atletas que tinham o corpo mais padronizado aos desejos dos machos conseguiam mais cobertura, mais visibilidade e maiores chances de fechar patrocínio com marcas.

As fabricantes começaram então a pensar em uniformes que pudessem garantir uma boa performance técnica e, ao mesmo tempo, agradassem ao público masculino fazendo com que se prevalecesse a sexualização dos corpos femininos, e não o conforto das atletas (Hardy, 2016, p. 7). Tal acontecimento reforça a atitude apologética em que

as atletas sentem pressão para adotar comportamentos femininos para se distanciar das noções de que o esporte estaria atrelado à masculinidade e à homossexualidade.

Na formulação-visual a seguir, retirada do *site* Exame é possível observar, do lado direito, as atletas usando *shorts*, escolhido por elas mesmas, mais comprido e confortável para as competições que o biquíni cavado exigido pelas normas da Federação Internacional de Handebol mostrado à direita:



Fonte: <https://exame.com/mundo/jogadoras-da-noruega-sao-multadas-por-nao-aceitar-uniforme-biquini/>

Pêcheux (2010, p. 52) retoma o conceito introduzido por Pierre Achard de “regularização”, como aquilo que se forma a partir da repetição, de um efeito de série, “sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”. Tal fato se justifica porque a mídia, frequentemente, destaca, dentro de quadra, mais o corpo da atleta, e menos seu talento e desempenho esportivo.

Essa visibilidade sensualizada, principalmente com o uso de uniformes femininos curtos que expõem o corpo e as curvas femininas de maneira exagerada relacionada à erotização, torna a mulher objeto de divulgação dentro desse espaço que muito ainda é estigmatizado como “lugar de homens” na tentativa de mostrar que a mulher, mesmo atleta, é, acima de tudo, mulher, tornando-se alvo de erotização e fetiche, como é possível observar da SD1 a seguir em que a jornalista discursiviza sobre as regras do uniforme:

SD1: A regra sobre o uniforme vem da Federação Internacional da modalidade, que estabelece que o uniforme feminino deve ser

com um ajuste justo e corte em um ângulo para cima em direção ao topo da perna (Riveira, 2021).

Em outra sequência analisada, ao citar o que um porta-voz da organização do campeonato respondeu ao jornal *The New York*, fica implícito como o sujeito-feminino, especialmente o sul-americano, é significado.

Trata-se de um sujeito que gosta de se exibir, é indecoroso, obsceno, ecoando na memória discursos que retomam o sentido de que o Brasil é o lugar da nudez feminina, como um dos países mais liberais do mundo, onde as mulheres andam sempre muito à vontade com suas pernas e peitos de fora, discurso frequentemente repetido/retomado/atualizado pelas campanhas publicitárias, principalmente de cervejas, futebol e carnaval.

SD2: As regras estavam sendo reavaliadas internamente, mas que até agora somente a Noruega havia questionado os uniformes e que outras seleções gostam de jogar de biquíni, citando as seleções da América do Sul (Riveira, 2021).

É possível compreender que esses sentidos se inscrevem em formações discursivas religiosa e política, uma vez que a Igreja sempre sustentou o discurso de que a função majoritária da mulher era a procriação. Mais tarde, a Igreja, com medo de um “declínio” da espécie por contas das inúmeras funções assumidas pelas mulheres com a nova ordem econômica do capitalismo, se alinhou ao Estado e foram criadas campanhas de incentivo à maternidade e significativas mudanças no currículo educacional.

Durante a gestão de Getúlio Vargas, presidente do Brasil entre 1930 e 1954, o próprio currículo educacional restringia o avanço das mulheres, e as diferenças no tratamento dos gêneros ficaram ainda mais em evidência com o Decreto Lei nº 3199, criado durante o Estado Novo (1937-1945), o qual proibia que as mulheres “praticassem esportes, considerados pelos homens no governo, incompatíveis com as condições femininas” (Feltrin *et al.*, 2018, p. 12).

O sujeito mulher, interpelado pela ideologia, é convocado a se reconhecer nesse lugar que o constitui e define o que é ser mulher. E tudo isso a partir do discurso do outro,

de uma ótica masculina. Por isso, para se analisar os sentidos desses corpos, é necessário pensá-los a partir da questão da alteridade, onde a mulher será sempre significada em relação ao homem (Garcia; Abrahão; Sousa, 2014, p. 2).

Portanto, para que este texto produza sentidos, é preciso que tudo o que já foi dito antes e em outros lugares sobre a luta das mulheres contra a desigualdade e a opressão masculina retornem no fio do discurso pelo trabalho da memória discursiva ou interdiscurso, pois é ela que determina o que dizemos.

Assim, só é possível interpretar o texto, porque mobilizamos pela memória “vestígios de enunciações feitas alhures” (Pêcheux, 2014, p. 156), isto é, dizeres sobre as lutas e conquistas femininas, que são linearizadas no fio do discurso, sob a forma das materialidades analisadas. Podemos dizer, então, que este discurso reflete sentidos já realizados sobre os movimentos reivindicatórios dos direitos femininos sobre a igualdade entre os sexos.

Tudo isso permite concluir que as condições de produção de um discurso implicam o que é material (relação de sentidos – não há discurso que não se relacione a outros realizados, imaginados ou possíveis) e o que é institucional (relação de forças – o lugar de onde o sujeito fala e que lhe permite dizer o que diz) (Pêcheux, 2014, p.82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos, analisados neste trabalho, sobre a mulher e seu corpo, atualizados e (re)significados, emergem memórias de acontecimentos que circulam novamente, repetindo, reproduzindo e transformando os sentidos. Essas memórias constituem-se de forma social e fazem com que os sentidos, na linguagem, se repitam e se expandam. Desse modo, as relações interdiscursivas mobilizam efeitos de origem, mas, ao mesmo tempo, nos remetem a outros.

Portanto, neste trabalho, procuramos mostrar, por meio da Análise de Discurso francesa, como a memória discursiva funciona a partir de enunciados que significam o

corpo do sujeito-mulher no esporte de modo sensualizado, enfatizando, principalmente, sua nudez em relação à capacidade e desempenho físico e esportivo.

Foi possível comprovar que as materialidades analisadas possuem uma regularização, pois retomam, no fio do discurso, pelo trabalho da memória discursiva, formulações já feitas e esquecidas que se repetem para produzir o sentido da novidade por meio de processos parafrásticos que permitem observar a relação existente entre memória e atualidade, isto é, entre o que já foi dito e o que está se dizendo agora.

Desse modo, sexo e esporte apresentam-se como dois significantes que se deslocam e se concretizam na formação discursiva da mulher feminista e atleta, na qual ocorre uma regularização dos sentidos através da memória social, histórica e política para reafirmar a utilização do corpo da mulher como alvo de espetacularização, audiência e apelo ao sexismo.

Portanto, as materialidades discursivas analisadas apontam para os sentidos de que o esporte, enquanto espaço de homens, atua no sentido de manter a dominação simbólica sobre as mulheres enquanto a mídia promove o corpo do sujeito feminino como um atrativo de audiência ao evento.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. P. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ARAÚJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, p. 95-111, 2007.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo** – a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980

COSTA, M. M. **A guerra dos sexos: O eterno feminino face a face com o eterno masculino**. Dissertação de mestrado em sexologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2000.

COURTINE, J-J. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por M. R. Rodrigues. *In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L (Org.). Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J. J. Análise do discurso político. **O discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. LeBooks. Isbn: 9788583863489, 2019.

FELTRIN, T.; BATISTA, N. L.; CORREA, G. C.; BECKER, E. L. S. O século XX para o feminismo no Brasil. **RELAcult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, ed. especial, fev. 2018.

GROS, F. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu, 2018.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARDY, E. The female ‘apologetic’ behaviour within Canadian women's rugby: athlete perceptions and media influences. **Sport in Society**, v. 18, p. 155-167, 2014.

MARTINS, A. P. A. O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, jan./abr. 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: 1999.

ORLANDI, E. **Discurso em análise: Sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli. Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014;

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. P. 43-51;

PEREIRA, D. C. M. Literatura, lugar de memória. **Revista Soletras**, Suplemento n. 28-2014.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

RIVIEIRA, C. *Jogadoras da Noruega são multadas por não aceitar uniforme biquíni*. 22/07/2021. Disponível em: Jogadoras da Noruega são multadas por não aceitar uniforme biquíni | Exame Último acesso: 28/11/2021

SOARES, C. L. *As roupas nas práticas corporais e esportivas: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)*. Autores Associados. E-book. Julho 2017.

VIEIRA, I. M. A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak. XI Encontro Regional Sudeste de História Oral. *Dimensões do Público: Comunidades de Sentido e Narrativas Políticas*. Niterói, RJ. Universidade Federal Fluminense, 2015.

WUGHALTER, E. Ruffles e Flounces: O Apologético no Esporte Feminino. *Fronteiras: A Journal of Women Studies*, v. 3, n. 1, University of Nebraska Press, 1978, p. 11-13.

Data de recebimento: 04/10/2023
Data de aprovação: 10/07/2023